

Resumo de notícias econômicas

20 de Janeiro de 2022 (quinta-feira)

Ano 3 n. 267

Núcleo de Inteligência da ADECE/SEDET



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 20 DE JANEIRO DE 2021

- Em 7 anos, conta de luz sobe mais do que dobro da inflação
- Pacheco pautará no Senado texto para atenuar alta da gasolina
- Lições para o setor elétrico
- Tesouro rejeita novo socorro fiscal ao Estado do Rio
- ‘Decisão foi maldade’, diz governador fluminense
- Na China, ritmo de atividade desacelera no fim de 2021
- Brasil encerra 2021 com o recorde de 76,3% das famílias endividadadas
- Governo recua da ideia de não exigir matrícula em escola
- Reforma tributária fica sem data para votação no Senado
- Microsoft compra Activision Blizzard por US\$ 68,7 bi em negócio recorde
- Leilão testará modelo de concessão sustentável
- Investimento estrangeiro no Brasil dobra, mas fica abaixo do nível pré-Covid

Em 7 anos, conta de luz sobe mais do que dobro da inflação (20/01/2022)

Broadcast.

A tarifa de energia elétrica residencial subiu 114% desde 2015, ante uma inflação de 48% no período, de acordo com dados da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), uma diferença de 137%. Além das correções anuais nas tarifas, os últimos anos têm sido marcados pela criação de novos encargos, empréstimos e custos diretamente repassados para os consumidores. Especialistas apontam que, pelo menos nos próximos três anos, os brasileiros sentirão o peso das tarifas. O vice-presidente de energia da Abraceel, Alexandre Lopes, ressalta que na falta de chuvas, como o País enfrentou em 2021, o custo tende a aumentar para os consumidores residenciais.

Além das correções anuais nas tarifas, os últimos anos têm sido marcados pela criação de novos encargos e custos repassados para os consumidores. O aumento nos últimos anos resulta do crescimento de encargos e subsídios, da necessidade de usar termoelétricas, que geram energia mais cara, e do modelo de contratação de energia. Responsável pelo levantamento, o vice-presidente de energia da Abraceel, Alexandre Lopes, ressalta que, em momentos de falta de chuvas, como em 2021, o custo tende a aumentar para os consumidores residenciais. O impacto para os que atuam no mercado livre – onde a energia é negociada com as geradoras – é menor. Nos últimos sete anos, os preços neste ambiente oscilaram 25% abaixo da inflação.

“Temos custos de 2021 ainda não repassados para as tarifas. Então, devemos ter um aumento acima da inflação em 2022. Quando o novo empréstimo ao setor elétrico começar a ser pago, impactará ainda mais as tarifas. Então, parte desses custos da crise será neste ano, e outras parcelas nos próximos anos”, afirmou.

Pacheco pautará no Senado texto para atenuar alta da gasolina (20/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que pautará projeto para diminuir os impactos da alta no preço dos combustíveis. De acordo com ele, o tema será

submetido aos líderes da Casa em fevereiro. O senador Jean Paul Prates será o relator e está se dedicando muito ao tema”, afirmou Pacheco após o presidente da Câmara, Arthur Lira, cobrar a votação de uma proposta aprovada pelos deputados no ano passado e que ficou parada no Senado.

Lira criticou a postura de governadores em relação ao preço dos combustíveis e afirmou que cobranças sobre o tema precisam ser dirigidas ao Senado. Os governadores decidiram encerrar o congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. O presidente da Câmara classificou a decisão como eleitoreira e disse que os governadores acusam o Executivo e o Congresso “para fazer uma cortina de fumaça”.

Em nota, a assessoria do presidente do Senado citou um projeto da bancada do PT como proposta para reduzir o preço dos combustíveis. A Câmara aprovou texto que muda o modelo de cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, sobre os combustíveis. O texto, porém, foi criticado por governadores e enfrenta resistências no Senado. Em dezembro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa aprovou outro texto, criando um programa de estabilização do valor do petróleo e derivados no Brasil e forçando uma alteração na política de preços da Petrobras. O projeto propõe um novo modelo para o cálculo, levando em conta os custos internos de produção e de importação, além dos preços no mercado internacional. Além disso, autoriza o governo a criar um “colchão” para amenizar o impacto nos preços.

Lições para o setor elétrico (20/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

As falhas do governo na condução da crise hídrica começaram a ser expostas à sociedade. Relatório elaborado pelo TCU explicou as razões pelas quais os consumidores têm pago tão caro pela energia que abastece suas casas. O tom do relatório é duro e, se aprovado pelo plenário do TCU, imporá ao Ministério de Minas e Energia uma série de determinações. Uma das principais é a elaboração de um plano estratégico de contingência para o enfrentamento de situações como a que o País tem passado, com base em estudos para avaliação da economicidade e efetividade das medidas adotadas.

Entre as ações que foram aprovadas ao longo de 2021 estão o acionamento de todo o parque de termoeletricas, mesmo as mais caras e poluentes, importação de energia do Uruguai e da Argentina, retenção de água nos reservatórios das usinas e programas de incentivo à redução do consumo. Para dar efetividade às decisões, o governo criou, por meio de medida provisória, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), colegiado presidido pelo MME. Coube à já extinta Creg criar a bandeira de escassez hídrica, de R\$ 14,20 por 100 quilowatts-hora (kwh) consumidos, cobrada nas contas de luz desde setembro. Por razões políticas e para diminuir o impacto na inflação, o MME ignorou a recomendação da área técnica do órgão regulador, para quem a cobrança deveria ser de quase R\$ 25 por 100 kwh.

Para o TCU, a estrutura de governança do setor elétrico precisa ser aprimorada, de forma a evitar que “novos comitês, câmaras ou colegiados com poderes excepcionais tenham que ser criados, reforçando ainda mais a importância de ser elaborado um plano estratégico de contingência, que deve se basear na maior quantidade possível de informações, análises e evidências pertinentes”. É uma clara crítica à Creg.

Tesouro rejeita novo socorro fiscal ao Estado do Rio (20/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Único a ter conseguido a adesão ao antigo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados em 2017, o Rio de Janeiro teve seu plano reprovado pelo Tesouro Nacional para integrar o novo programa de socorro aos Estados endividados.

O Tesouro alerta que a adesão do Rio ao novo programa permitiria ao Estado suspender e reprogramar dívidas com a União no valor de mais de R\$ 52,5 bilhões. O órgão lembra que, no âmbito do RRF antigo, o governo fluminense já teve uma suspensão de pagamentos de cerca de R\$ 92 bilhões. “É, portanto, fundamental que esse volumoso gasto seja efetivo em equilibrar as finanças do Estado e, para isso, o Plano precisa ser sustentável e crível”, enfatiza o órgão.

Segundo o Tesouro, o governo fluminense não demonstrou capacidade de equacionar suas contas até 2030. Entre as inconsistências apontadas pelo Tesouro, a

engenharia financeira apresentada não possuiria margem de segurança para absorver “variações mínimas” nas projeções macroeconômicas e dependeria demais da maior fiscalização das empresas petrolíferas – sem justificativa aparente.

“Cabe notar que não há melhora gradual no resultado primário ao longo do Regime, sendo que o esforço feito para equilibrar o Estado é realizado em 2030, último ano de vigência do Regime, o que aumenta as incertezas de que será, de fato, efetivado, e impede que a consolidação fiscal ocorra ao longo da vigência do RRF, pois não permite correções de curso com vistas a tornar efetiva a recuperação do Estado”, destacou o parecer do Tesouro que reprova o plano apresentado pelo Rio de Janeiro.

‘Decisão foi maldade’, diz governador fluminense (20/01/2022) **O Estado de S. Paulo.**

O governador do Rio, Claudio Castro (PL), chamou de “maldade” a retirada do Estado do Regime de Recuperação Fiscal e anunciou que vai se reunir amanhã com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar um acordo. Já o secretário da Fazenda, Nelson Rocha, disse que, se o Estado ficar fora do programa, terá de repassar R\$ 24 bilhões ao governo federal em um ano. Para isso, teria de deixar de pagar servidores e outras contas. O secretário afirmou que todos os pontos do plano foram debatidos com os técnicos do Tesouro e que o projeto se pauta pela responsabilidade fiscal. “Temos essa reunião com o ministro (Paulo Guedes) e vamos esclarecer tudo.”

Na China, ritmo de atividade desacelera no fim de 2021 **(20/01/2022)**

Reuters

A economia da China desacelerou nos últimos três meses do ano passado, após medidas governamentais para limitar a especulação imobiliária também prejudicarem outros setores. Bloqueios e restrições a viagens para conter o coronavírus também reduziram os gastos dos consumidores. Uma regulamentação mais rigorosa sobre empresas de internet e educação também desencadearam uma onda de demissões.

O Escritório Nacional de Estatísticas da China disse que o PIB de outubro a dezembro foi 4% maior do que no mesmo período de 2020. Isso representou uma desaceleração em relação ao crescimento de 4,9% no terceiro trimestre, de julho a setembro. O crescimento foi puxado pelas exportações, impulsionadas pela maior demanda mundial por eletrônicos, móveis. Isso fez a China registrar exportações recordes, impedindo que seu crescimento estagnasse.

Ao longo do ano passado, o PIB da China foi 8,1% maior do que em 2020, segundo o governo, mas grande parte do crescimento ocorreu no primeiro semestre do ano passado. O presidente da China, Xi Jinping, afirmou que os fundamentos econômicos do país asiático continuam “resilientes”. “No ano passado, o nosso PIB cresceu aproximadamente 8%, atingindo o objetivo duplo de crescimento razoavelmente alto e inflação relativamente baixa”, disse em discurso durante o Fórum Econômico Mundial, que geralmente ocorre em Davos, na Suíça, mas é realizado virtualmente neste ano por conta da pandemia.

Brasil encerra 2021 com o recorde de 76,3% das famílias endividadas (20/01/2022)

Broadcast

A proporção de brasileiros endividados encerrou 2021 em patamar recorde, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em dezembro, 76,3% possuíam dívidas, maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2010, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Na média do ano, 70,9% das famílias estavam endividadas, 4,4 pontos percentuais a mais do que os 66,5% de 2020. “A taxa de incremento de famílias com dívidas também foi a maior já observada”, apontou a CNC, em nota à imprensa.

A pesquisa da CNC considera como dívidas as contas a pagar em cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa, entre outros.

Embora o endividamento tenha aumentado, houve pequena redução na inadimplência em 2021. O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso

diminuiu 0,3 ponto porcentual, de 25,5% em 2020 para 25,2% no ano passado. No mês de dezembro, porém, o total de inadimplentes foi mais elevado: 26,2%.

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso e que permaneceriam inadimplentes, diminuiu de 11,0% na média de 2020 para 10,5% em 2021. No mês de dezembro, essa fatia de consumidores era de 10%.

Os números indicam que, ainda que em condições financeiras mais difíceis, os consumidores conseguiram quitar seus compromissos financeiros, mas a tendência é de alta na inadimplência neste início de 2022. “Os consumidores seguirão enfrentando os mesmos desafios financeiros da segunda metade de 2021, inflação, juros elevados e mercado de trabalho formal ainda frágil. Soma-se a isso o vencimento de despesas típicas do primeiro trimestre, que deverá apertar ainda mais os orçamentos domésticos neste período”, avaliou a economista Izis Ferreira, responsável pela pesquisa.

Governo recua da ideia de não exigir matrícula em escola (20/01/2022)

Folha de São Paulo

O governo precisou recuar das mudanças propostas que poderiam desconfigurar o Jovem Aprendiz para manter as centrais sindicais e associações patronais no grupo de trabalho que discute a reestruturação do programa. Após se reunir o dia todo, o grupo divulgou uma nota ontem em que diz haver coesão para tocar a reformulação, mas com “presença inegociável do aprendiz na escola”. A proposta do governo era flexibilizar até mesmo a regra que obriga o jovem a estar matriculado na escola. O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, divulgou vídeo em que nega que haverá a desvinculação.

Segundo Valclecia Trindade, representante da Força Sindical no grupo de trabalho, a proposta do governo ainda prevê a diminuição da quantidade de cotas para a contratação dos jovens aprendiz e não está claro como ficará a questão da aprendizagem, que pode até mesmo ser a distância. “Vamos bater pesado contra isso.”

A coordenadora nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ana Maria Villa Real, participou como convidada da terceira reunião do grupo e alertou para os riscos de esvaziamento das cotas de

aprendizagem do programa e para o elitismo do debate, que buscaria priorizar alunos dos ensinos médio, profissional e tecnológico. “Cobramos transparência”, afirmou.

Reforma tributária fica sem data para votação no Senado (20/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Aposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em 2022, a aprovação da reforma tributária está cercada de dúvidas no Senado. Líderes partidários e integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa dizem haver um esforço para o texto ser pautado em fevereiro. Mas há resistências entre Estados e municípios e setores da economia. Além disso, senadores desconfiam se há interesse do governo em aprovar a proposta. Falas do presidente Bolsonaro reforçam essa percepção. Em entrevistas ele disse duvidar da aprovação neste ano. “Se a onda da Ômicron continuar, não haverá reuniões presenciais e aí não tem reforma. O próprio presidente (Bolsonaro) declarou que passou 30 anos no Congresso e sabe que em ano eleitoral não aprova nada”, disse o senador Omar Aziz, titular da CCJ. Além do período eleitoral, há outras dificuldades para a votação do relatório da PEC apresentado pelo senador Roberto Rocha, como a possibilidade de capitais e alguns Estados saírem perdendo na unificação de impostos e na mudança no modelo de cobrança de tributos. A aposta é que a reforma pode até ser aprovada na CCJ, mas tem poucas chances no plenário e quase nenhuma na Câmara.

Em movimentação para uma candidatura ao Planalto, Pacheco encampou a proposta como bandeira de sua gestão à frente do Senado, mas tem evitado se comprometer com um prazo. A reforma que tramita na CCJ do Senado é a PEC 110, do ex-deputado Luiz Carlos Hauly e protocolada por senadores em 2019. A PEC 45, de autoria do economista Bernard Appy e apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) na Câmara, ficou na gaveta. O governo, por sua vez, apresentou outro projeto, criando uma nova contribuição federal e unificando PIS e Cofins.

Microsoft compra Activision Blizzard por US\$ 68,7 bi em negócio recorde (20/01/2022)

Bloomberg

A Microsoft anunciou ontem a compra da empresa de videogames Activision Blizzard, em um acordo de US\$ 68,7 bilhões – é o maior negócio do setor de tecnologia na história, considerados valores nominais, superando a compra da EMC pela Dell, em 2015, por US\$ 67 bilhões. Com o negócio, a Microsoft pretende acelerar sua divisão de games em dispositivos móveis, computadores, consoles e nuvem, tornando-se a terceira maior companhia do setor do mundo, atrás apenas da Tencent e da Sony.

A Activision Blizzard é conhecida por jogos populares nos consoles, como Call of Duty e Tony Hawk's Pro Skater, e nos celulares, como Candy Crush.

A Microsoft pretende adicionar jogos da Activision Blizzard ao serviço Xbox Game Pass, que funciona como uma “Netflix de games” – a plataforma tem hoje 25 milhões de assinantes. A empresa ganhará quase 400 milhões de usuários mensais de jogos da Activision. A companhia de games passa a ter acesso à infraestrutura de uma empresa com vasta experiência em inteligência artificial e programação.

Leilão testará modelo de concessão sustentável (20/01/2022)

Broadcast

O governo do Estado de Pernambuco marcou para o dia 28 de março, na sede da B3, o leilão de concessão do Centro de Convenções de Pernambuco (Cecon), que fica em Olinda. Mas o que vem chamando atenção dos investidores são os critérios sustentáveis da concessão, com parâmetros sociais, ambientais e de governança (ESG, na sigla em inglês), algo ainda não visto nas licitações do tipo no Brasil. A modelagem do Cecon foi desenvolvida pelo Grupo Houer, de São Paulo, em parceria com a startup mineira Seall, que traçou as diretrizes de sustentabilidade alinhadas à Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) – plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas sociais, ambientais e econômicas.

Se as medidas forem implementadas, o potencial médio de redução de emissões de carbono do Cecon chega a 61% e o de redução do custo operacional chega a 54%

para resíduos, energia e água. A expectativa é de disputa forte pelo Cecon, localizado entre Olinda e Recife, a 12 km da praia de Boa Viagem.

Investimento estrangeiro no Brasil dobra, mas fica abaixo do nível pré-Covid (20/01/2022)

Folha de São Paulo

Após um 2020 de forte queda na economia internacional, o IED (Investimento Estrangeiro Direto) global teve uma forte recuperação em 2021, mas a retomada se deu de forma desigual, e o Brasil ainda não voltou ao nível pré-pandemia, segundo a Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). De acordo com o monitor da Unctad, os fluxos globais de investimento estrangeiro direto tiveram forte recuperação em 2021, ao subir 77%, para cerca de US\$ 1,65 trilhão (R\$ 9,07 trilhões), superando o nível pré-Covid. No caso do Brasil, o IED mais que dobrou em 2021, para US\$ 58 bilhões (R\$ 318,8 bilhões), mas de um patamar baixo em 2020 (US\$ 28 bilhões ou R\$ 153,9 bilhões), segundo a Unctad. O relatório ressalta que o investimento estrangeiro no país se recuperou, mas abaixo do nível pré-pandemia.

As economias desenvolvidas tiveram o maior aumento de longe, com o IED atingindo cerca de US\$ 777 bilhões (R\$ 4,27 trilhões) em 2021 –três vezes o nível de 2020, mostra o relatório. Os investimentos nos Estados Unidos mais do que dobraram, influenciados por um aumento nas fusões e aquisições.

Já nas economias em desenvolvimento, os fluxos do IED aumentaram 30%, para quase US\$ 870 bilhões (R\$ 4,78 trilhões), com uma aceleração do crescimento no leste e no Sudeste Asiático (20%), uma recuperação para níveis próximos aos de antes da pandemia na América Latina e no Caribe, e um aumento na Ásia Ocidental.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – ADECE

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

ANEXO

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado 13.01.2022

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	2022**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24	1,25
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,65	0,5

Fonte: IPECE. Atualizado em 16/12/2021.

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,29
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-OUT/18	JAN-DEZ/18	JAN-OUT/19	JAN-DEZ/19	JAN-OUT/20	JAN-DEZ/20	JAN-OUT /21
Ceará	1,90	1,97	2,12	2,30	-2,91	-2,22	3,84
Nordeste	1,83	1,64	0,26	0,41	-2,60	-1,95	3,42
Brasil	1,33	1,29	1,04	1,01	-4,93	-4,05	4,99

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	2.738,30	47,74
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	3.870,37	60,36
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-1.132,07	102,11

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até novembro)
Brasil (R\$ Tri)	3,26	3,48	4,02	4,58
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	98,25*

Fonte: Banco Central.* Atualizado até outubro.

PRINCIPAIS ÍNDICES
ATIVIDADE – CEARÁ

	Variação Acumulada de Janeiro a Outubro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	1,2	-9,9	8,9
Pesquisa Mensal de Serviços*	-7,2	0,1	-14,3	13,0
Pesquisa Mensal do Turismo*	5,9	5,2	-42,0	19,0
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,5	-1,2	-7,9	-2,0
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	2,9	3,3	-7,3	9,0
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,1	12,4	5,3	22,7

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

(*) Atualizado para novembro.

MERCADO DE TRABALHO – CEARÁ

INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.3
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	12,4
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	46,7
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.408 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.618
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até novembro)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.525.616
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.857.548
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	49.229.074
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,10
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

 Nota: * **O estoque de empregos 2021**: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Saldo do emprego formal – Ceará – 1996 – Novembro/2021

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2021*	456.611	372.492	84.119
2020*	373.258	367.185	6.073
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.242.937	6.705.004	537.933
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			607.481

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-DEZ)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Abertura	70.245	85.246	88.887	110.052	23,81
Fechamento	71.837	31.598	27.473	38.827	41,33
Saldo	-1.592	53.648	61.414	71.225	15,98

Fonte: JUCEC.

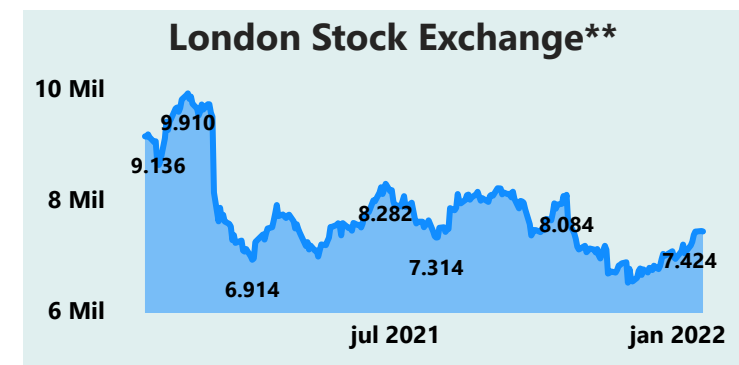
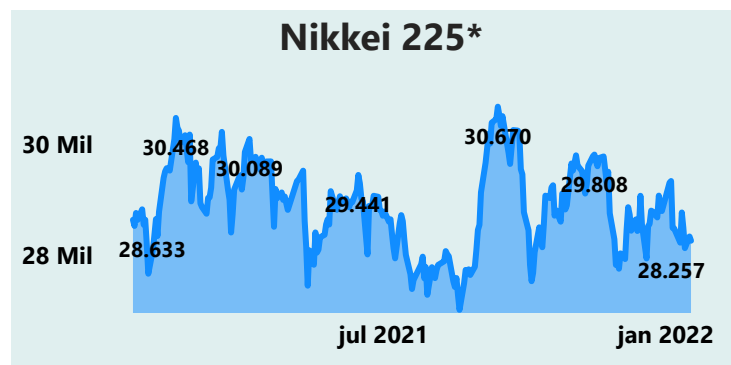
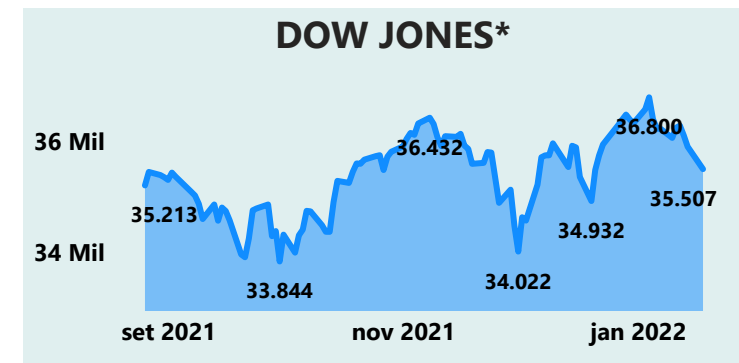
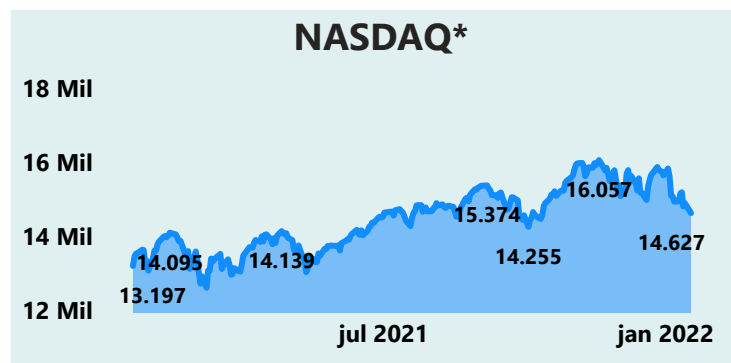
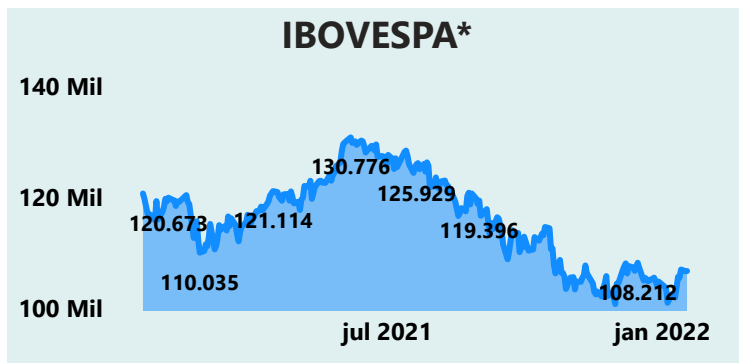
PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-DEZ)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
	17.214.859	18.100.766	15.930.483	22.417.077	40,72

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-SET)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	8.515.422	8.700.779	8.418.419	9.315.112	10,65

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

BOLSAS



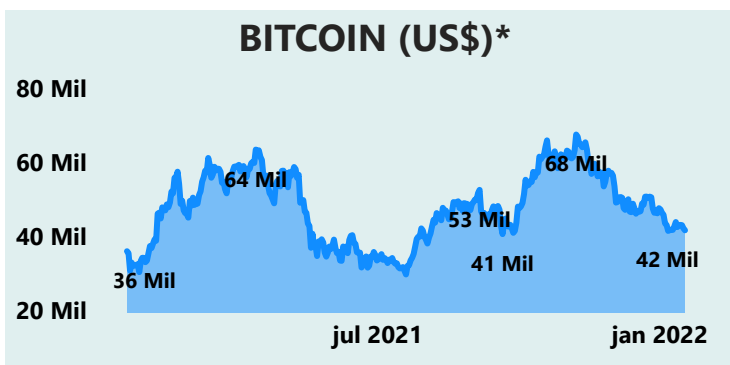
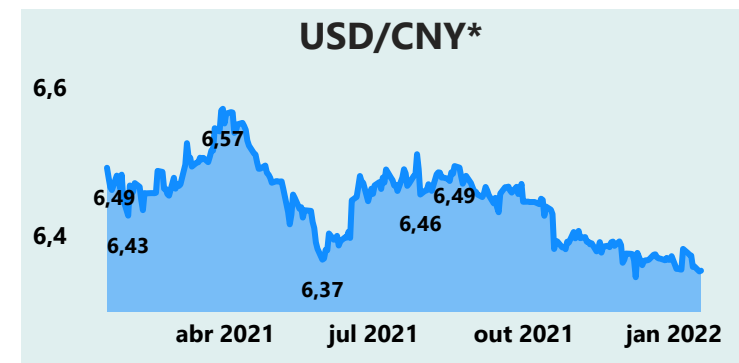
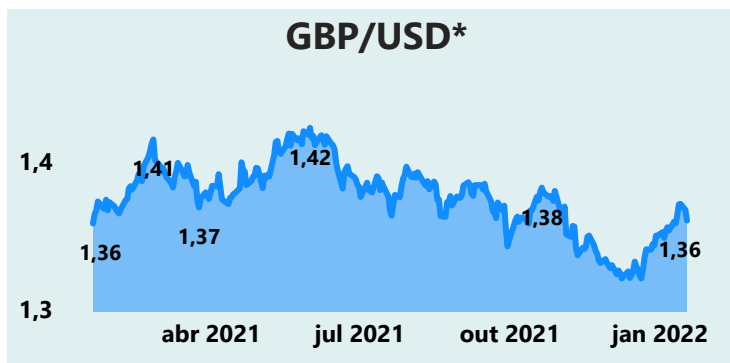
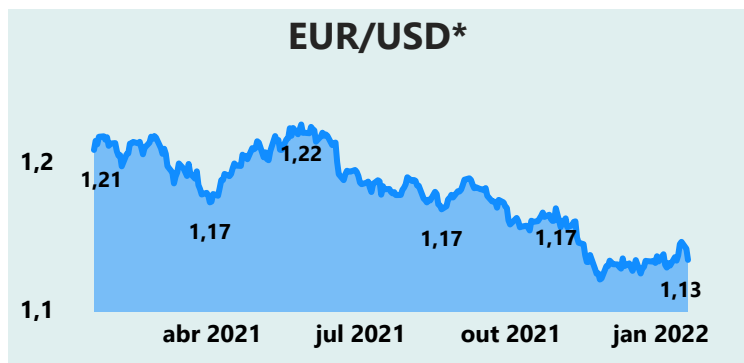
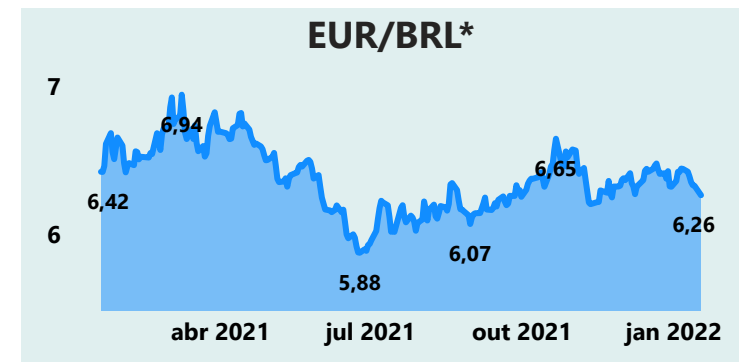
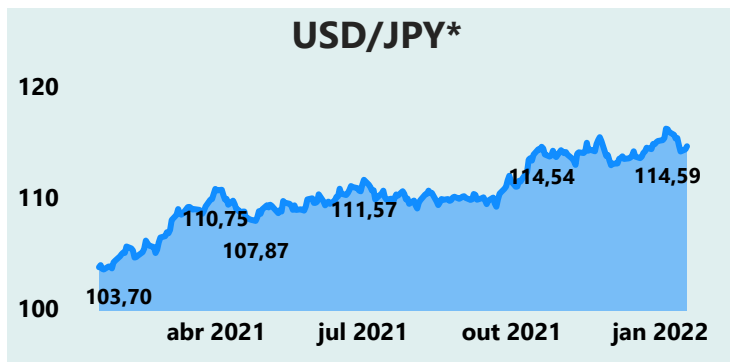
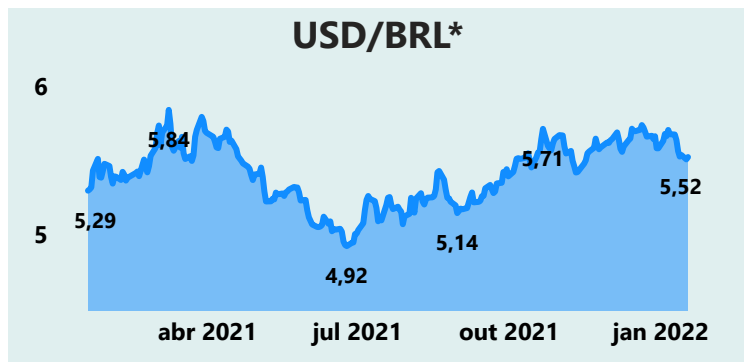
Última data disponível (*)

18/01/2022

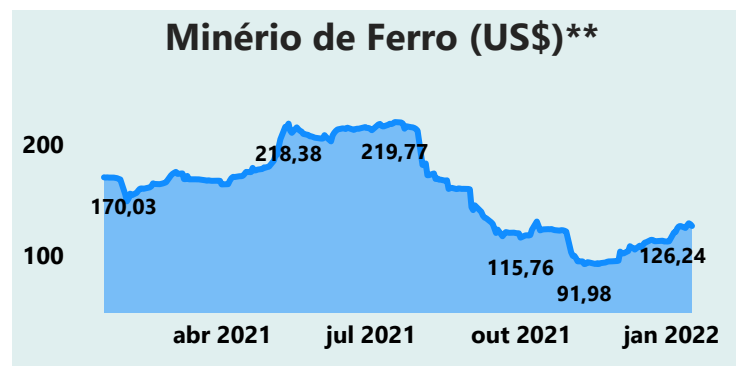
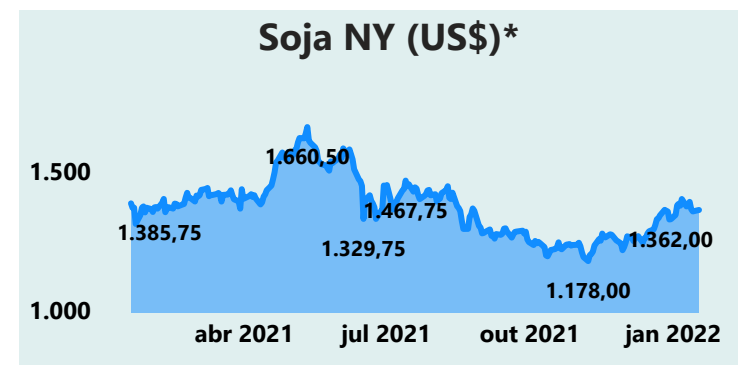
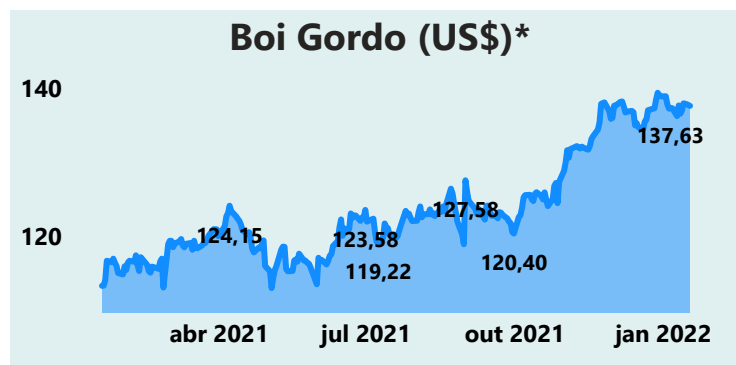
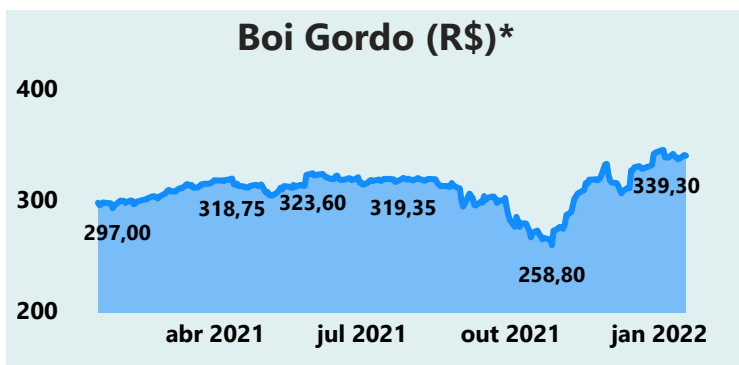
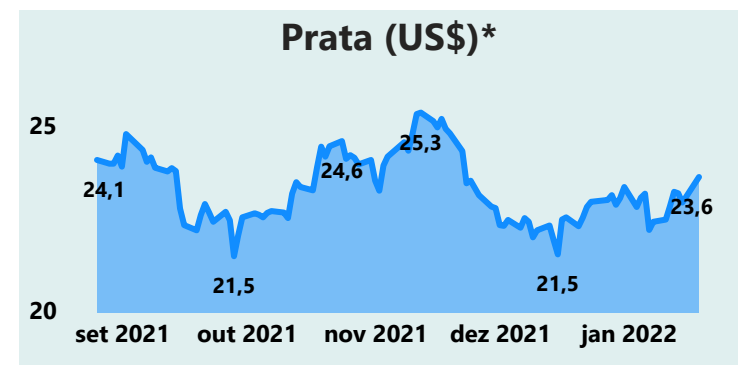
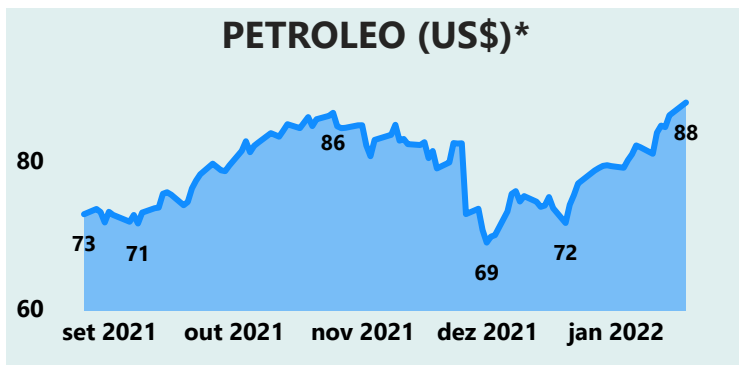
Última data disponível (**)

18/01/2022

MOEDAS



Última data disponível (*)
18/01/2022

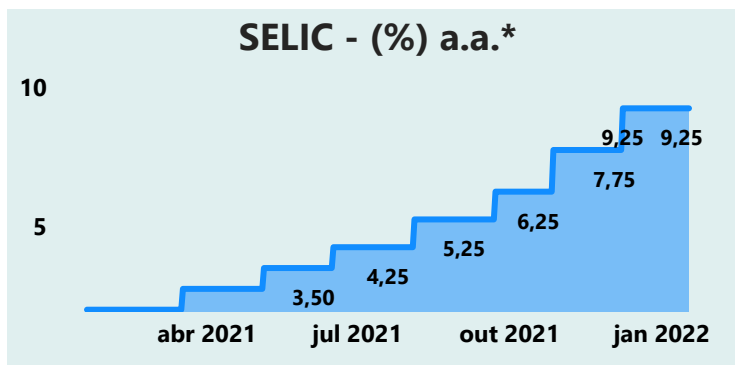
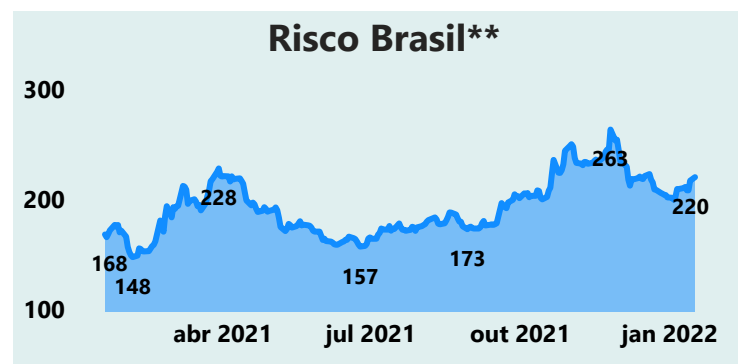
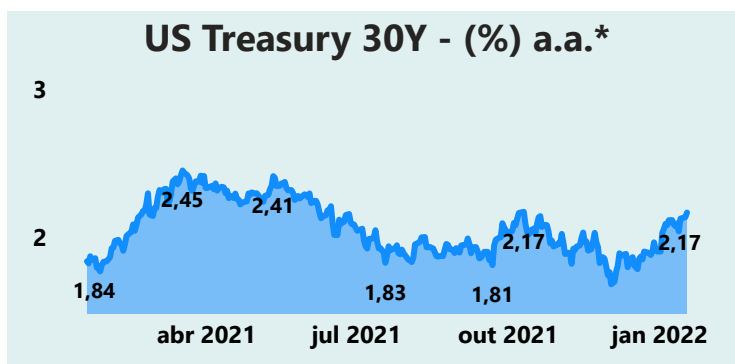
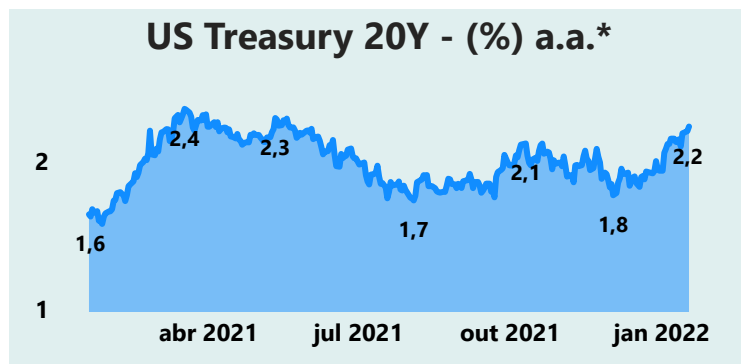
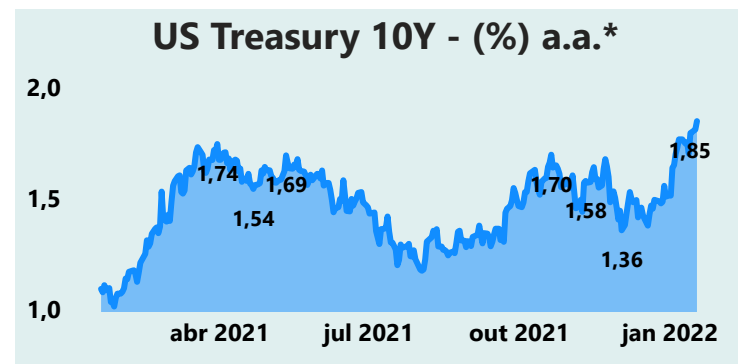
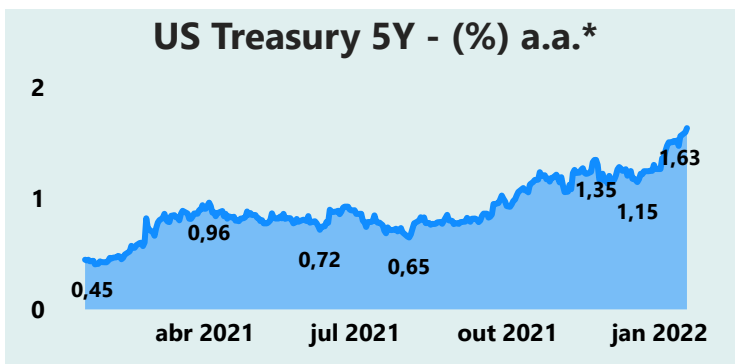
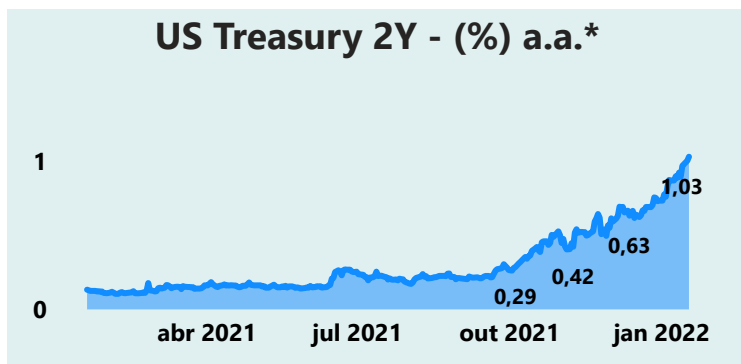


Última data disponível (*)

18/01/22

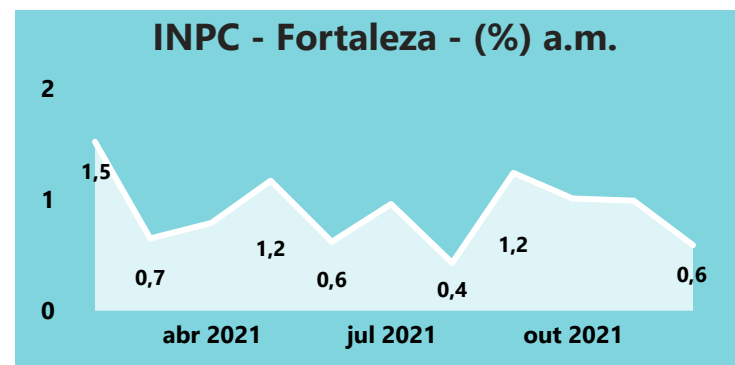
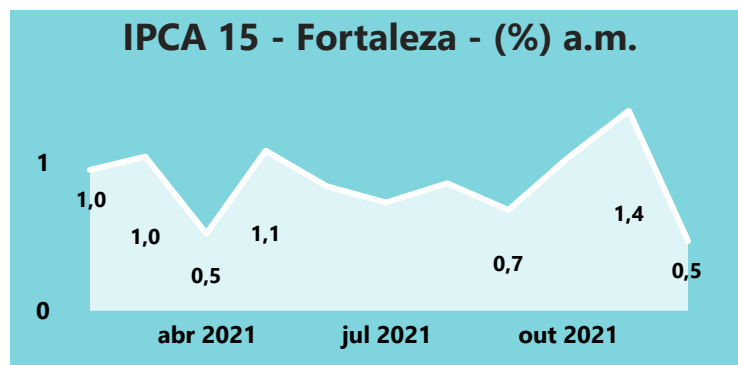
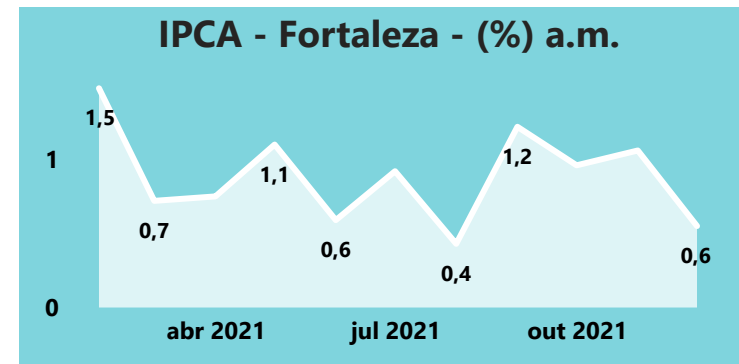
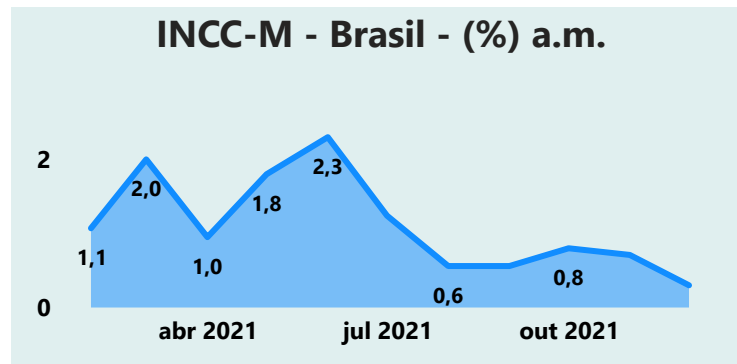
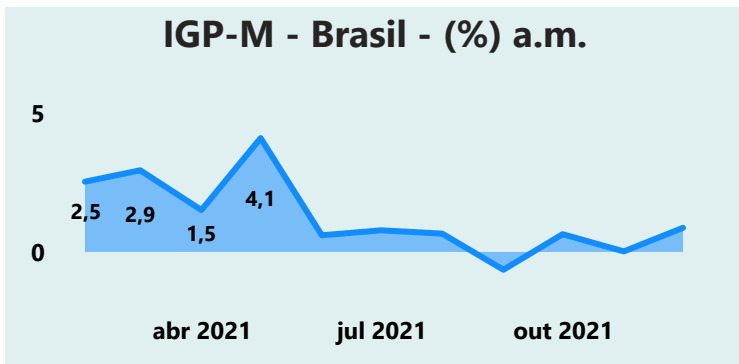
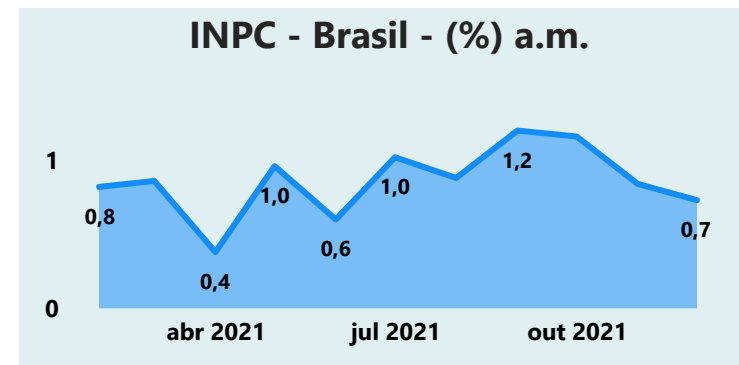
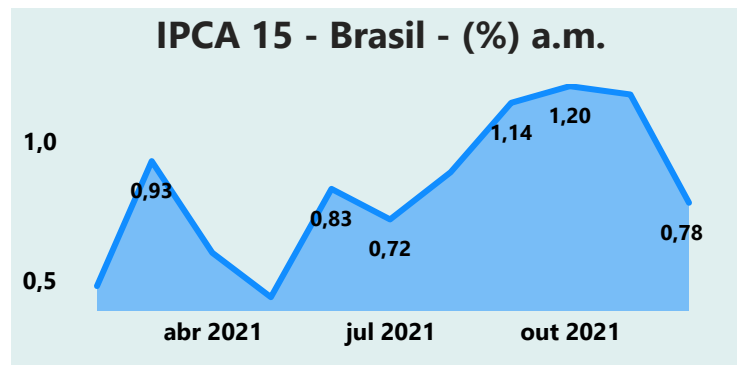
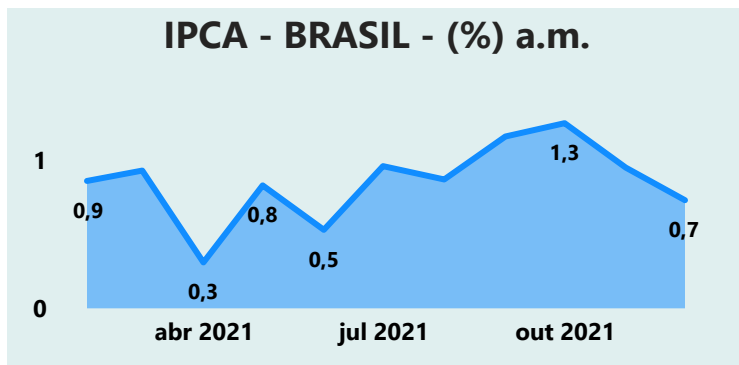
Última data disponível (**)

14/01/2022

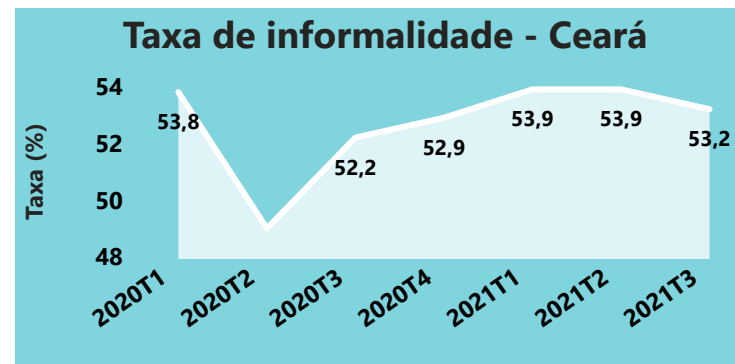
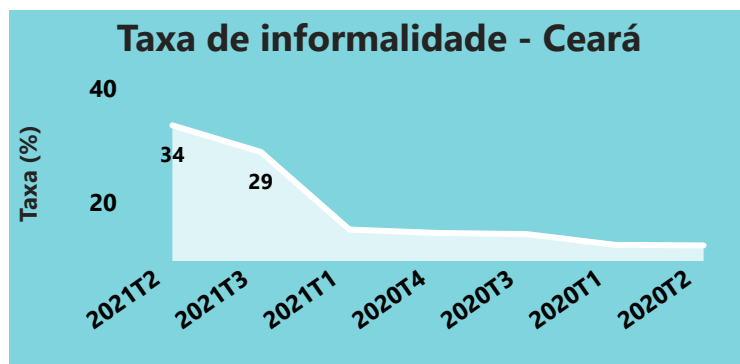
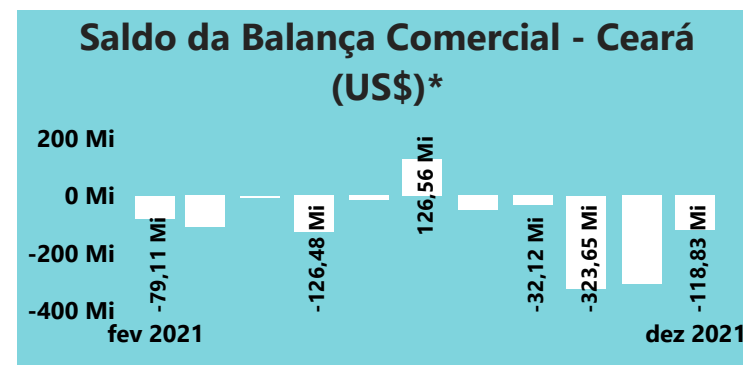
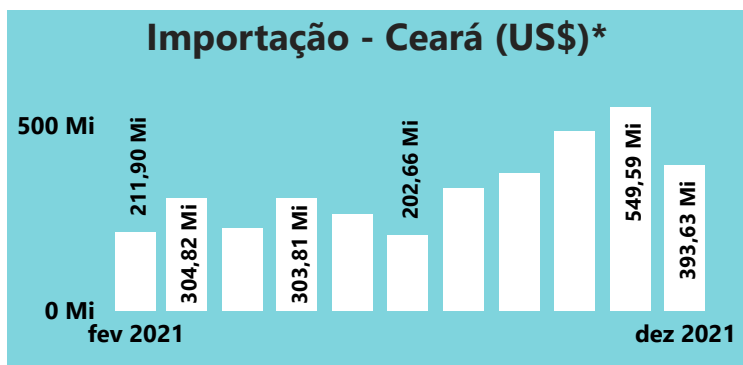
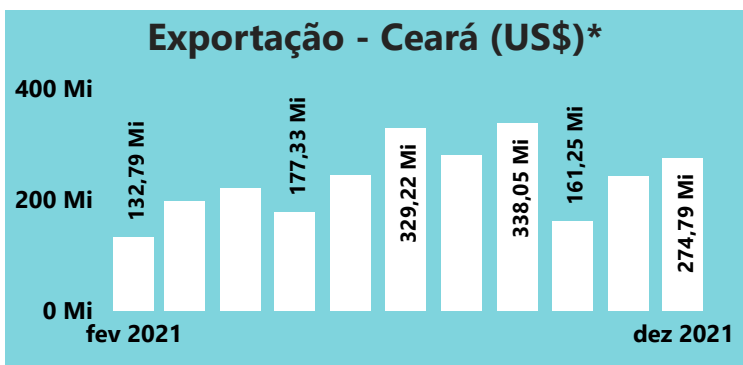
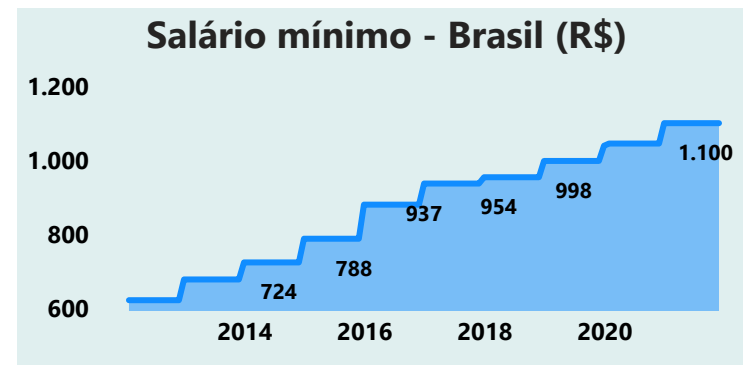
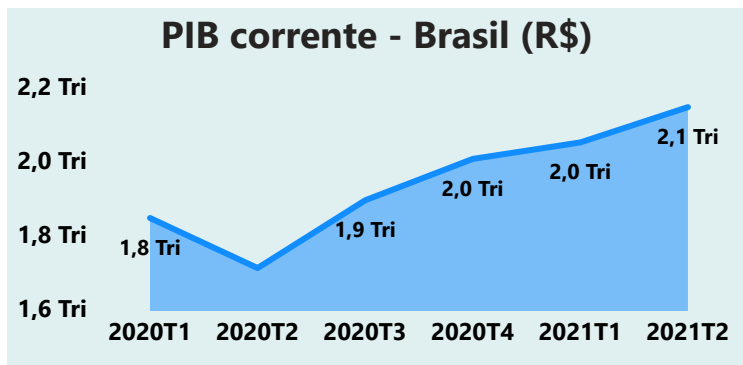
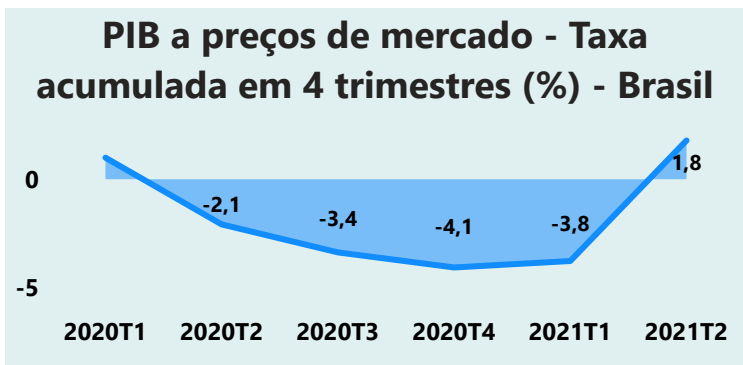


Última data disponível (*)
18/01/22

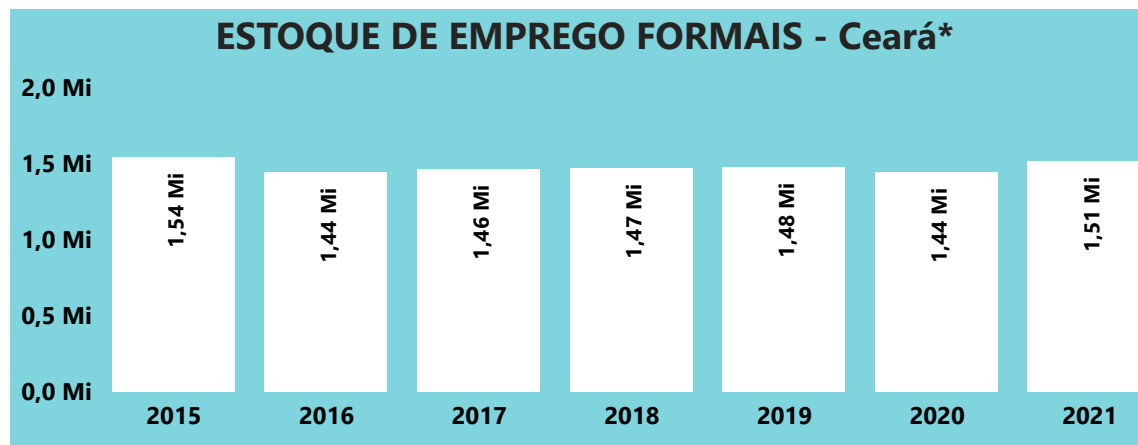
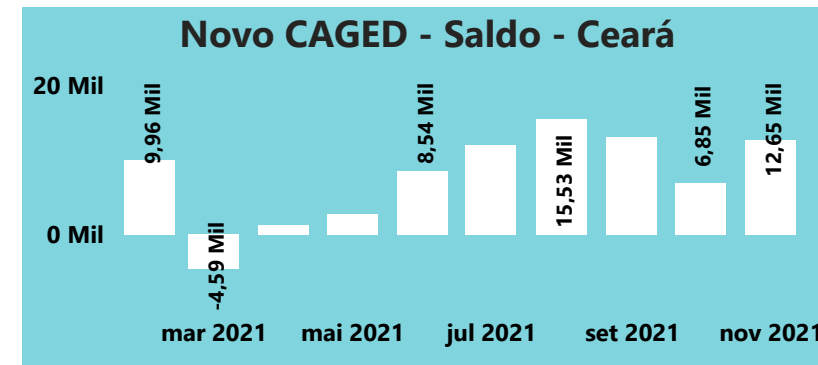
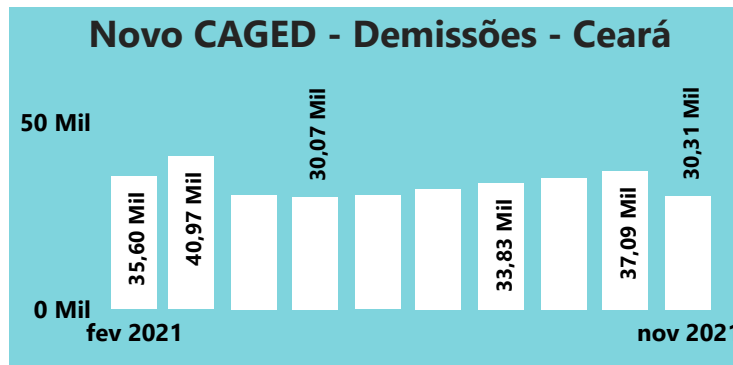
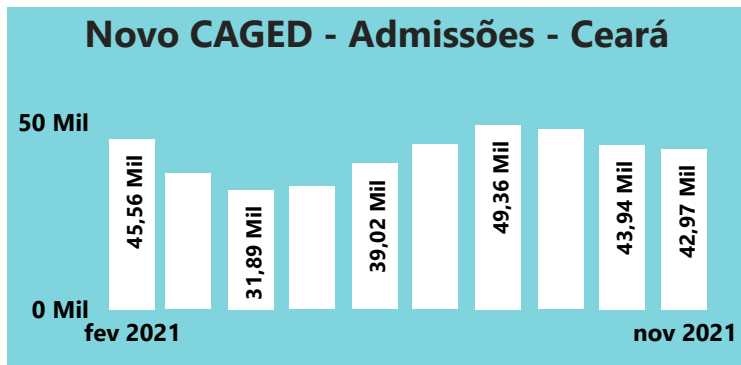
Última data disponível (**)
17/01/22



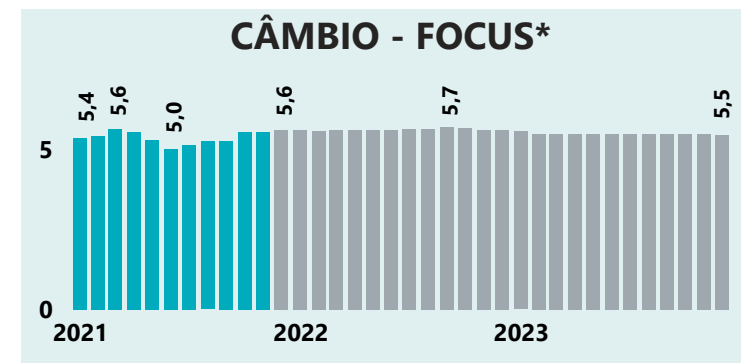
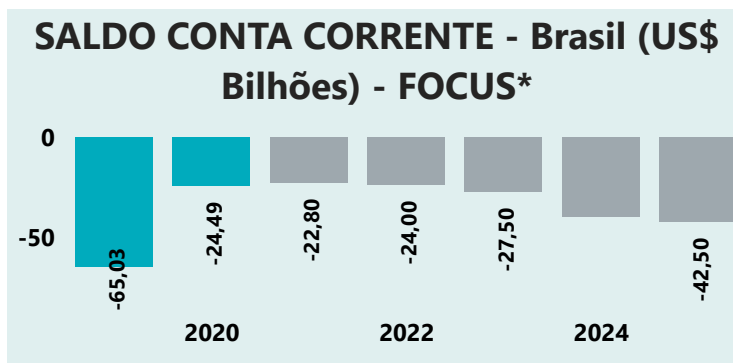
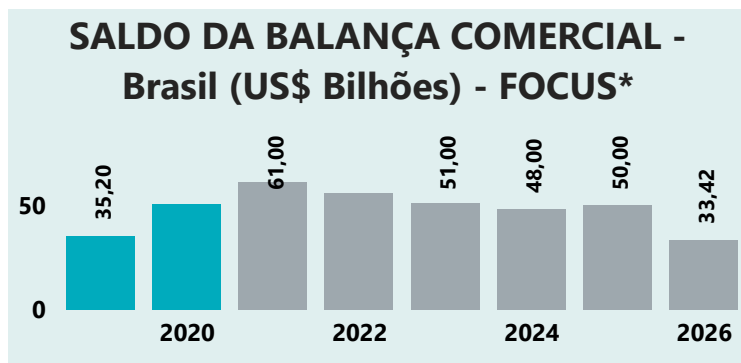
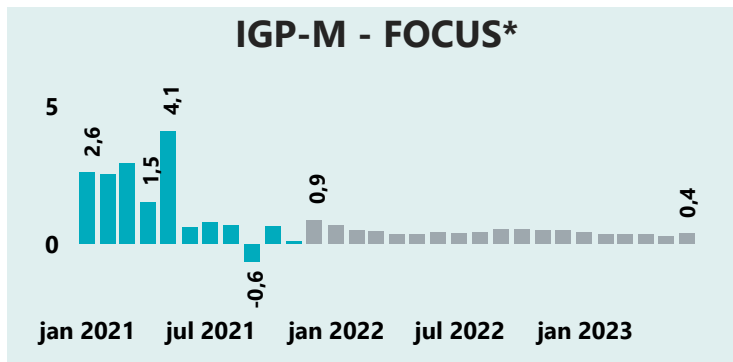
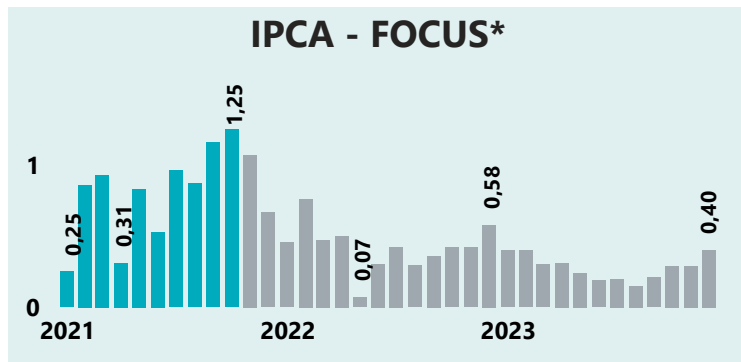
Índices disponíveis até
2021-12



Última data disponível (*)
2021-12



* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.



(*) Última atualização:
14/01/2022

Petróleo (US\$): O petróleo Brent é um petróleo mais leve, negociado na Bolsa de Londres com produção no mar do norte da Europa e na Ásia. Ele é usado como preço de referência no mundo, isto é, quando você ouve ou lê uma notícia sobre o preço do barril de petróleo, o Brent é o mais citado. Ele é negociado em barril (159 litros).

Ouro (US\$): Gold Futures (GC) são negociados na bolsa COMEX, que faz parte do CME (Chicago Mercantile Exchange) Group. Cada contrato Gold Futures (GC) padrão representa 100 onças troy de ouro, que é o peso de um tijolo de ouro.

Prata (US\$): Os contratos futuros de prata representam 5.000 onças troy de prata e operam em dólares americanos por onça. (\$/oz). Os preços dos contratos variam em movimentos de \$0,05, sem limite por sessão e são negociados para os seguintes meses de expiração: janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro.

Boi Gordo (R\$): O futuro de boi gordo é um ativo financeiro negociado por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) da B3, e é utilizado como um meio de gestão de risco sobre as oscilações de preços dessa commodity, que é uma das principais do Brasil – país considerado um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Cada contrato equivale à negociação de 330 arrobas líquidas – sendo que cada arroba líquida equivale a 15 quilos – oriundas do animal que tem essas características. Ou seja, cada contrato negocia o equivalente a 4.950 quilos desse ativo-objeto.

Boi Gordo (US\$): O gado vivo é alimentado até o ponto de pesagem da colheita. Os contratos de gado vivo vêm com entrega física. Cada contrato futuro de gado vivo representa 40.000 libras com uma flutuação de preço mínima de \$ 0,00025 por libra, ou \$ 10 por tick. O contrato é negociado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 13h05, horário central (CT).

Onça troy: Unidade de peso do sistema *troy*, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas. Um quilograma equivale a 32,15 onças-troy.